



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL

Aos 27 dias do mês de abril de 2022, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### Formato presencial

1. Apreciação e votação das atas n.º 1, de 13 de abril e n.º 2, de 20 de abril;
2. Discussão e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª \(GOV\) - «Aprova o Orçamento do Estado para 2022»](#) - Autora do Parecer: Deputada Joana Lima (PS);
3. Distribuição de iniciativa legislativa para efeitos de elaboração de parecer: [Projeto de Lei n.º 26/XV/1.ª \(PAN\) - «Assegura o direito de acompanhamento aos jovens internados em estabelecimento de saúde no momento em que perfazem dezoito anos de idade, alterando a Lei n.º 15/2014, de 21 de março»](#) - Autor do Parecer: PSD;
4. Votação do Plano de Atividades para a 1.ª sessão legislativa;
5. Votação do Regulamento da Comissão;
6. Deliberação sobre a admissão e eventual designação de relator para as seguintes petições:
  - [Petição n.º 338/XIV/3.ª «Histeroscopia com Anestesia Geral»](#), 63 assinaturas (Deputado Relator: PS);
  - [Petição n.º 346/XIV/3.ª «Criação do Dia Nacional da Luta contra as Queimaduras»](#), 1.170 assinaturas (Deputado Relator: PS);
7. Designação de relator para a [Petição n.º 315/XIV/3.ª «Contra o uso de máscaras no recreio»](#), 2.237 assinaturas - Petição já admitida na XIV Legislatura (Deputado Relator: PSD);
8. Discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 18/XV/1.ª\(CH\) - «De Louvor no âmbito do Dia Mundial da Saúde, a todos os profissionais de saúde em Portugal»](#);



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL

9. Designação de relator para o [«Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – 2021»](#) - a remeter à CAE até 9 de junho - (Deputado Relator: PS);
10. Discussão e votação do [Requerimento do BE](#), solicitando a audição urgente do Grupo de Trabalho para avaliação do alargamento dos programas de acesso à procriação medicamente assistida e promoção de doações ao Banco Público de Gâmetas e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde;
11. Outros assuntos.

- 
1. Apreciação e votação das atas n.º 1, de 13 de abril e n.º 2, de 20 de abril;

As atas em epígrafe foram aprovadas com os votos a favor do PS, PSD, CH, IL e PCP e com a abstenção do BE.

2. Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª (GOV) - «Aprova o Orçamento do Estado para 2022» - Autora do Parecer: Deputada Joana Lima

A Deputada Joana Lima apresentou o Parecer da Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª (GOV) sobre o Orçamento do Estado para 2022 eximindo-se nesta sede de manifestar a sua opinião política e concluindo com o parecer de que a Comissão de Saúde considera que estão reunidas as condições para que esta proposta de lei seja apreciada em plenário.

O Deputado Rui Cristina cumprimentou a Deputada Relatora e agradeceu o trabalho produzido.

A Deputada Catartina Martins anunciou que votaria contra o Parecer. Referiu que a valorização dos profissionais de saúde fora contrariada pelo Ministro das Finanças, Fernando Medina, ao reconhecer que existiria uma diminuição efetiva dos salários destes profissionais. Lamentou que, num momento em que se verifica uma dificuldade acrescida de fixação dos profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde (SNS), o Parecer emanado desta Comissão não refletisse tais preocupações.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL

O Deputado João Dias agradeceu o trabalho produzido e afirmou que, embora o mesmo fosse factual e objetivo, deveria, no seu entender, mencionar a real situação do SNS no momento atual.

Colocado à votação, o Parecer foi aprovado com os votos a favor do PS, PSD, CH, IL e PCP e o voto contra do BE.

3. Distribuição de iniciativa legislativa para efeitos de elaboração de parecer: Projeto de Lei n.º 26/XV/1.ª (PAN) - «Assegura o direito de acompanhamento aos jovens internados em estabelecimento de saúde no momento em que perfazem dezoito anos de idade, alterando a Lei n.º 15/2014, de 21 de março» - Autor do Parecer: PSD;

O GP do PSD indicou o Deputado Pedro Melo Lopes como Deputado Relator do Parecer.

4. Votação do Plano de Atividades para a 1.ª sessão legislativa;

O Senhor Presidente informou então os Deputados que na reunião de Mesa e Coordenadores que teve lugar no dia anterior, ficara acordado conferir um prazo adicional para a entrega de propostas para o Plano de Atividades e para o Regulamento da Comissão.

A Deputada Catarina Martins referiu que não esteve presente na reunião de Mesa e Coordenadores na qual foi discutido o Plano de Atividades, porém considerava-o demasiado extenso e com uma possibilidade de realização durante a presente Sessão Legislativa muito diminuta, pelo que o seu voto seria a abstenção.

O Deputado Luis Soares mostrou igualmente preocupação com a extensão do Plano de Atividades e sugeriu que fosse atribuída prioridade às iniciativas legislativas e às visitas.

O Presidente concordou com a dificuldade inerente à concretização do Plano de Atividades nesta Sessão Legislativa e recordou que tinha ficado acordado que as iniciativas legislativas teriam prioridade. Propôs então que todos os GP enviassem a sua



## **Comissão de Saúde**

### **ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL**

lista de prioridades no que concerne a realização de eventos e visitas e eventuais propostas de alteração ao Plano de Atividades até sexta-feira, dia 29 de abril.

#### 5. Votação do Regulamento da Comissão;

Neste ponto, o Deputado João Dias sugeriu a alteração do artigo 13.º, n.º 2 da Proposta de Regulamento, de modo que o mesmo pudesse refletir a estabilidade da ordem do dia e, concomitantemente, a possibilidade de os GP, que não estivessem presentes numa reunião, serem ouvidos antes de qualquer alteração à ordem do dia efetuada no decurso da mesma reunião.

A Deputada Catarina Martins concordou que deveria existir consenso de todos os GP para a alteração da ordem do dia e propôs igualmente que a grelha de tempos contemplasse uma distribuição igualitária do tempo de intervenção por todos os GP, em par com o que já fora a prática parlamentar durante outros Governos de maioria absoluta.

O Deputado Pedro dos Santos Frazão discordou da alteração proposta pelo GP do PCP e defendeu que os GP que não pudessem estar presentes na reunião deveriam ser informados de qualquer alteração na Ordem do Dia, porém, estando ausentes, não deveriam poder votar.

O Deputado Luís Soares concordou que não seria claro que um GP ausente numa reunião tivesse a prerrogativa de votar e informou que o seu GP iria apresentar uma proposta de alteração ao artigo 20.º da Proposta de Regulamento até sexta-feira, dia 29 de abril.

O Deputado João Dias contrapôs o que fora aventado pelo Deputado Pedro dos Santos Frazão afirmando que o facto de um GP não estar presente numa reunião não prejudicava a existência de unanimidade na alteração da Ordem do Dia.

O Deputado Luís Soares manifestou que o seu GP estava disponível para ir ao encontro das preocupações do GP do PCP, porém afirmou que a sugestão apresentada provocava várias preocupações em termos práticos e do bom andamento das reuniões. Sugeriu então que o Deputado João Dias apresentasse uma proposta de alteração ao



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL

artigo 13.º, n.º 2 e que a mesma fosse oportunamente colocada à votação na Comissão de Saúde.

A Deputada Joana Cordeiro manifestou a sua concordância com a preocupação do GP do PCP e recordou que ficara acordado na reunião de Mesa e Coordenadores que se aguardaria pelas conclusões da Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares (CPCP) sobre este assunto de modo a se tentar encontrar uma solução que fosse consentânea com a prática das restantes Comissões Parlamentares.

O Presidente em exercício, Jorge Seguro Sanches que assumiu a condução dos trabalhos em substituição do Presidente que se ausentara, concordou que se deveria aguardar pelas conclusões da CPCP, permitindo assim que se encontrasse uma solução coerente e de acordo com a prática parlamentar.

6. Deliberação sobre a admissão e eventual designação de relator para as seguintes petições:

- Petição n.º 338/XIV/3.ª «Histeroscopia com Anestesia Geral», 63 assinaturas (Deputado Relator: PS);

A Petição foi admitida por unanimidade, tendo o GP do PS indicado o Deputado Eduardo Oliveira como Deputado Relator.

- Petição n.º 346/XIV/3.ª «Criação do Dia Nacional da Luta contra as Queimaduras», 1.170 assinaturas (Deputado Relator: PS);

A Petição foi admitida por unanimidade, tendo o GP do PS indicado a Deputada Sofia Andrade como Deputada Relatora.

7. Designação de relator para a Petição n.º 315/XIV/3.ª «Contra o uso de máscaras no recreio», 2.237 assinaturas - Petição já admitida na XIV Legislatura (Deputado Relator: PSD);

Neste ponto, o Deputado Pedro dos Santos Frazão sugeriu que os serviços da Assembleia da República contactassem o primeiro peticionário, no sentido de aferir se



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL

mantinha interesse na tramitação da petição, visto que o objeto da petição carecia de utilidade porquanto o uso de máscaras já não era obrigatório.

O Presidente alertou que não era impossível que retornasse a obrigatoriedade do uso de máscaras no recreio e que, por essa razão, deveria ser indicado um Deputado Relator e deveriam ser ouvidos os peticionários em sede de audição. Caso indicassem na audição que não pretendiam dar continuidade à Petição, então deveria a mesma ser declarada finda e arquivada.

Posto isto, o GP do PSD indicou a Deputada Cláudia Bento como Deputada Relatora.

8. Discussão e votação do Projeto de Voto n.º 18/XV/1.ª (CH) - «De Louvor no âmbito do Dia Mundial da Saúde, a todos os profissionais de saúde em Portugal»;

O Deputado Pedro dos Santos Frazão apresentou o Projeto de Voto n.º 18/XV/1.ª (CH) enquadrando o mesmo no Dia Mundial da Saúde que se celebrava no dia 7 de abril e referindo que o objetivo era louvar todos os profissionais de saúde em Portugal. Recordou que os profissionais de saúde foram submetidos a níveis de stress incomuns após o surto Sars-Cov-2 e que muitos profissionais desenvolveram síndrome de *burnout*. Afirmou ainda que as dificuldades que enfrentavam no seu local de trabalho, frequentemente degradado, acrescia ao desgaste dos profissionais de saúde. Assim, o Projeto de Voto do GP do CH pretendia louvar todos os profissionais de saúde sem exceção pelo papel fundamental que desempenhavam a cuidar da saúde dos cidadãos.

No uso da palavra, o Deputado Rui Cristina afirmou que o GP do PSD sempre defendeu os profissionais de saúde que estiveram no combate à pandemia e propôs que o Projeto de Voto fosse substituído por um Voto da Comissão de Saúde.

O Deputado Miguel Rodrigues afirmou que o GP do PS estava de acordo no que se refere à valorização do trabalho efetuado pelos profissionais de saúde do SNS. No que se refere à forma do Projeto de Voto, defendeu que o artigo 75.º do Regimento da Assembleia da República determinava que os votos deveriam ser de saudação ou congratulação e não de louvor como constava no Projeto de Voto em discussão.



## **Comissão de Saúde**

### **ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL**

O Presidente questionou então se o GP do CH concordava que o seu Projeto de Voto fosse substituído por um voto da Comissão de Saúde, ao que o Deputado Pedro dos Santos Frazão manifestou a sua concordância.

Colocado à votação o Projeto de Voto da Comissão de Saúde foi aprovado por unanimidade.

9. Designação de relator para o «Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – 2021» - a remeter à CAE até 9 de junho - (Deputado Relator: PS);

O GP do PS indicou a Deputada Susana Correia como Deputada Relatora.

10. Discussão e votação do Requerimento do BE, solicitando a audição urgente do Grupo de Trabalho para avaliação do alargamento dos programas de acesso à procriação medicamente assistida e promoção de doações ao Banco Público de Gâmetas e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde;

A Deputada Catarina Martins apresentou o Requerimento referindo que os tempos de espera muito elevados para o acesso a procedimentos de procriação medicamente assistida comprometiam substancialmente o sucesso destas técnicas. Durante a pandemia, o acesso a estes procedimentos de procriação medicamente assistida sofreu atrasos superiores, o que levou a que várias mulheres, pela sua idade, tenham sido excluídas do acesso à procriação medicamente assistida. Afirmou que, em 2021, o Governo criou um Grupo de Trabalho para «apresentar propostas no sentido de melhorar o acesso à procriação medicamente assistida, bem como a promoção de doações ao Banco Público de Gâmetas» o qual terá apresentado as suas conclusões em maio do mesmo ano. Referiu que a Assembleia da República não teve acesso a esse relatório e que seria urgente conhecer o seu teor e quais as medidas que o Governo pretendia tomar para acautelar esta situação. Em paralelo, defendeu que deveriam ser ouvidos o Grupo de Trabalho e o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde para prestarem os esclarecimentos necessários.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos sugeriu que, tendo em conta o processo orçamental que se aproximava, as audições fossem agendadas para momento posterior, ressalvando que o relatório deveria ser solicitado com urgência, de modo que todos os deputados tivessem a ele acesso ainda durante o período de discussão do orçamento do estado.

O Deputado Ricardo Baptista Leite concordou com a sugestão do GP do PS e lamentou que os utentes do SNS tenham sido prejudicados no acesso a estas técnicas sendo colocados em listas de espera quando, quem optou por realizar os procedimentos em hospitais privados teve resposta atempada. Em complemento ao já referido, defendeu que, caso o relatório suscitasse questões que devessem ser atendidas com urgência, então deveria ser ponderada uma audição urgente com a autorização do Presidente da Assembleia da República ainda durante o processo orçamental.

A Deputada Catarina Martins concordou com a pertinência da sugestão do GP do PS e solicitou a alteração do Requerimento para que constasse a solicitação do Relatório com urgência e só posteriormente a realização das audições.

O Deputado João Dias concordou igualmente, salientando a pertinência do requerimento do GP do BE e sublinhando que as conclusões do relatório seriam muito relevantes para os trabalhos da Comissão de Saúde.

Colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

#### 11. Outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a sua gravação áudio ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 03 maio 2022.

**O PRESIDENTE**



**(ANTÓNIO MALÓ DE ABREU)**





## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)  
Anabela Rodrigues (PS)  
Eduardo Oliveira (PS)  
Irene Costa (PS)  
Joana Lima (PS)  
Jorge Seguro Sanches (PS)  
Luís Soares (PS)  
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)  
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)  
Paulo Marques (PS)  
Sofia Andrade (PS)  
Susana Correia (PS)  
António Maló De Abreu (PSD)  
Cláudia Bento (PSD)  
Fernanda Velez (PSD)  
Hugo Patrício Oliveira (PSD)  
Pedro Melo Lopes (PSD)  
Ricardo Baptista Leite (PSD)  
Rui Cristina (PSD)  
Pedro Dos Santos Frazão (CH)  
Joana Cordeiro (IL)  
João Dias (PCP)  
Catarina Martins (BE)  
António Monteiro (PS)  
Berta Nunes (PS)  
Eduardo Alves (PS)  
Fátima Correia Pinto (PS)  
Jorge Botelho (PS)  
Jorge Gabriel Martins (PS)  
Lúcia Araújo Da Silva (PS)  
Mara Lagriminha Coelho (PS)  
Patrícia Faro (PS)  
Rosa Isabel Cruz (PS)  
Sara Velez (PS)  
Guilherme Almeida (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Santos (PSD)



**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL**

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

---